



# FÓRUM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INFORMAÇÃO – OPINIÃO – DEBATE

Boletim 2 | Novembro de 2021

**Sinpro**  
SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAXIAS DO SUL - RS

**Sinpro**  
Sinpro Noroeste

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

Foto: Imed/Divulgação

## Expansão sem limites das empresas de educação

*Em um mercado que acirrou a disputa por captação de alunos, aquisições e fusões, e migração para o ambiente virtual, o caso da holding mineira Yduqs é exemplar das contradições que envolvem a expansão das empresas mercantilistas de educação.*

*A empresa teve uma redução no lucro líquido do terceiro trimestre, mas, mesmo assim, faturou R\$ 72,8 milhões líquidos. Maior grupo de educação privada do país, com mais de mil polos de EaD em 700 municípios e mais de 1 milhão de alunos, a companhia anunciou que tem R\$ 2 bilhões em caixa para aquisições para ensino virtual e presencial.*

**PRESSÃO** – “O lobby que esses setores conseguem impor às políticas educacionais é grande e tem encontrado amparo nos sucessivos governos brasileiros, bastante amparo. É uma expansão com efeitos bastante deletérios sobre a educação e suas finalidades”, observa Lalo Watanabe Minto, professor da Faculdade de Educação da Unicamp.

*Um estudo do professor da FGV Oscar Malvesi para a Federação dos Professores de São Paulo (Fepesp) mostrou que o faturamento da Kroton, Ânima, Estácio e Ser Educacional quadruplicou em cinco anos, atingindo R\$ 13,5 bilhões em 2015. Um crescimento alimentado por benefícios fiscais, como Fies e ProUni, fusões e aquisições, e achatamento de salários.*

*De acordo com o professor da Unicamp, “a chegada dessas instituições de ensino, por meio dos grandes conglomerados, à Bolsa de Valores é um processo que não está desvinculado da política educacional como um todo”. Nos últimos 12 meses, nada menos que dez faculdades e universidades, invariavelmente em dificuldades financeiras, foram arrematadas por gigantes de capital aberto em vários estados.*

## Centralizando o capital da educação

A catarinense Vitru, dona da Uniasselvi, arrematou a UniCesumar, avaliada em R\$ 3,2 bilhões. A líder do ranking, Cogna, fez 15 aquisições no período. Em maio, a holding mineira Ânima concluiu a compra dos ativos da Laureate, que no Rio Grande do Sul compreendem a UniRitter e a Fadergs.

“Outra forma de ação característica desses grupos – novamente, com maior avanço inicial na educação superior – é a da aquisição de outras instituições menores. Isso confirma um processo de centralização do capital na educação”, aponta Watanabe.



O grupo gaúcho Imed aumentou o faturamento em mais de R\$ 150 milhões em pouco mais de uma década e está se expandindo pelo estado

**LÓGICA MERCANTILIZADA** – Quem paga o preço dessa lógica de expansão mercantilizada são os estudantes, que recebem um ensino de baixa qualidade, e os trabalhadores de educação. Os professores são impactados pelo processo de adensamento do uso de tecnologias, com robôs corrigindo provas, por exemplo; flexibilização dos regimes de trabalho, perda da autonomia, baixa remuneração e degradação das condições de trabalho.

“Há pouquíssimo controle público sobre o que se faz nas instituições, além do que elas desenvolveram formas de driblar os escassos instrumentos de avaliação existentes, podendo se valer de posições generosas nos rankings”, destaca.

**MERCADO COBIÇADO** – O já disputado mercado gaúcho passou a ser cobiçado por novos grupos. Com 11,4 milhões de habitantes, o estado tem a menor taxa de escolaridade líquida (que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação à população da mesma faixa etária) da Região Sul: 22,6%. Ainda de acordo com dados do Mapa do Ensino Superior 2021 do Instituto Semesp, a oferta cresceu 20,5%. O Rio Grande do Sul possui 123 instituições de ensino presencial e 94 de EaD em nível universitário. Um dos interessados nesse mercado potencial é o grupo mineiro Afya, voltado para cursos da área médica, que deve anunciar a eventual aquisição de ativos na Região Sul.

A Faculdade Meridional (Imed), a qual já possui campi em Porto Alegre e Passo Fundo, anunciou a aquisição da Faculdade América Latina (FAL) de Ijuí. O grupo, que aumentou o faturamento de R\$ 5,2 milhões em 2008 para R\$ 157,5 milhões em 2020, projeta a expansão para outras seis cidades gaúchas: Erechim, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas e Santa Maria.





Professor  
**Jeferson Luis  
Lima Cunha**

*Mestre em Educação, administrador formado pela Ulbra, com especialização em Administração de Marketing e em Administração de Recursos Humanos. Cursa especialização em Tecnologias digitais aplicadas à educação. É docente há três décadas. Integra a diretoria da Adulbra e do Sinpro/RS.*

(...)  
**Agora, a equação do metro quadrado e do ambiente físico dá lugar ao ambiente virtual, e neste, não há limite.**

# Turmas estendidas ao infinito e além

O número de alunos por turma é uma antiga e importante questão educacional, que encontra respostas a partir de distintas perspectivas. Em uma perspectiva puramente econômica, a capacidade física dos espaços representa(va) o limitador do quanto é possível maximizar o resultado financeiro a partir da ampliação das receitas e da diluição dos custos a cada metro quadrado que puder receber um novo aluno.

Em um mundo que se reconfigura e torna-se cada vez mais virtual, com avanços tecnológicos que não se restringem mais apenas ao ensino a distância, abriram-se espaços para novas iniciativas na direção desta maximização de resultados. O processo foi potencializado nos dois últimos anos, em que a pandemia forçou movimentos alternativos ao tradicional ambiente de ensino, o qual já vinha se transformando.

A questão do número de alunos por turma, com esses novos elementos, se torna ainda mais complexa e desafiadora. Agora, a equação do metro quadrado e do ambiente físico dá lugar ao ambiente virtual, e neste, não há limite, podendo estender-se ao infinito, e além!

Práticas recentes, inicialmente anunciadas como alternativa ou resposta pontual às restrições sobre a presencialidade dos alunos nos espaços acadêmicos, resultantes do estado pandêmico, tornaram-se estratégias de gestão das instituições com vistas à ampliação de seus resultados financeiros.

A eliminação das barreiras geográficas, característica até então apenas do ensino a distância, passou a ser agora adotada no ensino presencial, seja como estratégia intermediária, no formato de ensino híbrido, seja com a possibilidade de seguir fazendo uso das transmissões on-line, com encontros síncronos com alunos de qualquer lugar, bastando que haja acesso à internet.

No mesmo sentido, as instituições receberam incentivo ainda maior para a oferta

de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais, a partir da portaria do MEC de nº 2117, de 6 de dezembro de 2019, a qual amplia o limite de 20% para 40% da carga horária total dos cursos.

Nesta ampliação e com a nova característica da organização curricular, abre-se uma turma e colocam-se alunos de suas distintas e distantes unidades, utilizando a tecnologia via plataformas de ensino para a transmissão de aulas síncronas e elevando o número de estudantes por turma, em muitos casos, para a casa dos três dígitos.

Diante dessa nova realidade, torna-se imperativa a retomada do debate, a partir de outras perspectivas, que não apenas a econômica. É preciso avaliar e discutir a qualidade que será alcançada no processo de ensino e aprendizagem. É preciso avaliar a repercussão na contratualidade dos docentes, estabelecendo de forma justa a carga horária necessária para tamanho aumento na demanda de atividades. Não havendo esse redimensionamento, seguramente, o impacto se refletirá na qualidade do ensino e na empregabilidade dos docentes.

Se a questão é antiga, os novos contornos e elementos que surgiram no cenário da educação superior estão trazendo ainda mais complexidade ao desafio de se encontrar um número adequado e viável de alunos por turma.

Que os protagonistas desse processo tenham o discernimento necessário para o estabelecimento de limites que considerem o respeito aos estudantes e a valorização dos professores, além das necessidades econômico-financeiras, sabidamente importantes para as instituições, sem sobrepor uma política que comprometa a qualidade da educação.

A próxima pauta de reivindicações dos professores precisa retomar com ênfase esse tema em 2022.

Contribua com a consolidação do Fórum da Educação Superior. Envie suas manifestações sobre o conteúdo tratado e sugestões de pautas para as próximas edições pelo e-mail [comunica@sinprors.org.br](mailto:comunica@sinprors.org.br). As edições do boletim do FES são quinzenais.

